

## Diante de incógnitas, Lula diz que regra fiscal fica para abril



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participa de seminário no Rio de Janeiro. Eduardo Anzeili/Folhapress

# Indefinição de parâmetros da nova regra fiscal leva a adiamento do anúncio

Atraso ocorre em meio a pressão do PT para que ajuste seja mais gradual; 'Tem que discutir um pouco mais', afirma Lula

**BRÁSILIA** A indefinição em torno dos parâmetros da nova regra fiscal está por trás do adiamento do anúncio oficial da proposta, que deve ficar para abril, após a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de ministros à China.

Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, há uma série de decisões estratégicas pendentes, que são determinantes para saber qual espaço o governo terá para gastar no futuro. Uma delas é a necessidade de acomodar a retomada das vinculações constitucionais de saúde e educação, que asseguraram um piso de despesas maior para as duas áreas.

O atraso em relação à previsão anterior, de apresentação em março, foi confirmado por Lula nesta terça (21). Em entrevista ao portal Brasil 247, o presidente disse que o governo não vai ter pressa para divulgar os detalhes da medida.

"Tem que discutir um pouco mais. A gente não tem que ter a pressa que algumas pessoas do setor financeiro querem", afirmou.

"Nos embarcamos [no sábado 25]. O Haddad não pode comunicar uma coisa e sair. Percebe? Seria estranho. Eu anuncio e vou embora. O Haddad tem que anunciar e ficar aqui para debater, para responder, para dar entrevista, para conversar com o sistema financeiro, com a Câmara, com o Senado, com outros ministros, com empresários."

A perspectiva é que a nova regra seja anunciada após o retorno da comitiva, previsto para 31 de março, mas antes do envio do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) ao Congresso, cuja data-limite é 15 de abril.

As discussões ocorrem sob pressão de integrantes do PT para que o ritmo de ajustes nas contas públicas seja mais gradual do que o pretendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que mira em um objetivo mais ambicioso de zerar o déficit já em 2024.

A avaliação entre petistas, porém, é que um aperto fiscal neste momento pode jogar o país numa crise política violenta, comprometendo a popularidade do governo e abrindo espaço para uma ascensão do grupo político do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O ritmo do ajuste depende justamente dos parâmetros da regra. A indefinição sobre

esses pontos dificulta a apresentação do marco ainda nesta semana, como chegou a ser sinalizado por Lula e Haddad.

A diretriz é encontrar um modo de conciliar os pedidos de Lula para preservar investimentos públicos e gastos sociais (incluindo saúde e educação) e uma trajetória saudável da dívida pública.

Nesta terça, Haddad disse em evento no Rio que o governo busca uma "linha fina" para honrar promessas de campanha e, ao mesmo tempo, criar um conjunto de regras fiscais sustentável. "Eu sou otimista em relação a encontrar essa linha fina, que muitos consideram muito difícil de executar".

Nos últimos dias, Haddad ampliou a discussão dos detalhes da nova regra com outros ministros da área econômica e com a cúpula do Congresso. No entanto, segundo uma fonte do governo, o desenho ainda está longe de estar 100% fechado. Os principais pontos em aberto não dizem tanto respeito ao funcionamento do mecanismo, mas sim às variáveis que balizam sua operacionalização.

Esses parâmetros vão ditar, por exemplo, o ritmo de alta de gastos e refletir projeções para determinados indicadores econômicos, como PIB ou PIB per capita. Há uma série de opções na mesa, e, a depender da escolha, o governo terá um espaço maior ou menor para despesas.

Na segunda (20), o vice Geraldo Alckmin (PSB) disse que a nova regra vai combinar curva da dívida pública, superávit primário e controle de gastos.

A partir desses princípios, os técnicos têm feito simulações para saber como evoluem as despesas e como se comporta o endividamento sob determinados parâmetros.

A tarefa é complexa. Como a nova regra prevê um horizonte de médio prazo, não apenas o ano seguinte, a intenção da Fazenda é trabalhar com a tendência projetada para variáveis econômicas — diferentemente do teto de gastos, que opera com a inflação observada no ano anterior, indicador sobre o qual não há controvérsia.

O uso de previsões torna o funcionamento da regra mais delicado e amplia o peso e a importância dessas projeções, que precisarão ser bem calibradas para não gerar desconfi-

**RENAN FILHO CULPA TETO DE GASTOS POR 'ENFORCAMENTO' NA INFRAESTRUTURA** O ministro dos Transportes, Renan Filho, compareceu ao Senado nesta terça-feira (21) e, em audiência com parlamentares, afirmou que o teto de gastos causou prejuízo para o investimento em infraestrutura no Brasil. Segundo ele, o panorama nacional neste tema vem piorando nos últimos oito anos, desde 2014, em razão das crises da economia global, da política brasileira e, mais recentemente, da pandemia. Mas, argumentou, o principal obstáculo do setor foi o teto, criado em 2016. "O investimento em infraestrutura vem caindo nos últimos oito anos, mas sobretudo nos últimos seis, quando nós vivemos aqui no regime de organização fiscal balizado pelo teto de gastos", disse.

ca quanto à sua credibilidade. Alguns indicadores, porém, são considerados mais difíceis de serem integrados à regra.

No caso do PIB e do PIB per capita, por exemplo, os dados consolidados (que servem de base para as projeções) são divulgados com dois anos de defasagem. Isso pode levar a variações significativas nas previsões, afetando o espaço fiscal caso esses indicadores sejam considerados no marco em elaboração pelo governo.

Em dezembro, o IBGE divulgou o PIB consolidado de 2020 com revisões. A queda da atividade em 2020 passou de 3,9% para 3,3%, enquanto a expansão da economia em 2021 ficou maior, de 4,6% para 5,0%.

É esse risco de fortes variações que está sendo levado em consideração pelos técnicos, pois a lógica é diferente de uma projeção de arrecadação, que dispõe de informações reais todo mês para permitir a recalibragem das estimativas.

Outra questão em discussão são as vinculações constitucionais. A aprovação do novo marco fiscal resultará na revogação do teto de gastos e, consequentemente, das regras que atualmente corrigem os valores mínimos de despesas com saúde e educação apenas pela inflação.

Isso significa a retomada dos mínimos constitucionais atrelados à arrecadação, como era até 2016: 15% da RCL (receita corrente líquida) para a saúde e 18% da receita líquida de impostos no caso da educação.

O projeto de lei complementar não poderá mexer nesses percentuais, uma vez que estão previstos na Constituição.

Segundo uma fonte do governo, a regra precisará ser desenhada de maneira que essa lógica seja compatível com o mecanismo de controle de gastos que for integrado ao desenho, para evitar que ao longo do tempo haja uma pressão sobre as demais despesas.

Na noite desta terça, Haddad confirmou a informação antecipada pela Folha. "Todas as vinculações têm uma regra na Constituição e uma regra na PEC do teto de gastos. Nós precisamos verificar se na transição de um modelo para outro, como a gente vai acomodar isso", disse. **Idiana Tomazelli, Alex Salomão, Renato Machado, Nathalia Garcia e Leonardo Viechli**

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado **Caderno:** A **Página:** 18